

NOME: KINSTOGN KORSAIR AORUS

INSCRIÇÃO: 012018001554

CARGO

AUDITOR FISCAL

CADERNO DE PROVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Prezado(a) Candidato(a),

1. Ao receber este caderno, confira se ele contém as questões objetivas com 40 (quarenta) itens, ordenados de 1 a 40, com alternativas de A a E; sendo que apenas uma alternativa é correta. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao Fiscal de Sala as providências cabíveis.

2. Durante a prova não poderá ser utilizado nenhum material de consulta. Não se comunique com outros candidatos, não use chapéu, óculos escuros, relógio e nem se levante sem autorização do Fiscal de Sala.

3. O cartão-resposta deverá ser preenchido, pelo(a) candidato(a) com caneta esferográfica TRANSPARENTE de tinta azul ou preta, devendo cobrir inteiramente o espaço correspondente à alternativa escolhida. O cartão não poderá ser rasurado, dobrado ou amassado. Não haverá substituição de cartão-resposta.

MARQUE ASSIM



NÃO MARQUE ASSIM



4. A assinatura do(a) candidato(a) no cartão-resposta é necessária e fundamental para sua identificação.

5. No momento da identificação, o(a) candidato(a) deverá escrever, no espaço apropriado do cartão-resposta, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Sem sacrifício não há vitória.

6. O tempo máximo de duração da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo o preenchimento do cartão resposta da prova Objetiva e Discursiva, contadas a partir da autorização dada pelo Fiscal de Sala.

7. O(a) candidato(a) somente poderá entregar a prova depois de transcorrida, pelo menos, 1 (uma) hora de seu início. Após a entrega, o(a) mesmo(a) deverá retirar-se da sala e do local de prova, não podendo mais ir ao banheiro.

8. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto após a aposição em ata de suas respectivas assinaturas.

9. O(a) candidato(a) poderá levar o caderno de questões, SOMENTE, 15 minutos antes do término da prova.

10. O não cumprimento a qualquer uma das instruções deste caderno e do edital nº 01/2018 poderá implicar na anulação da sua prova.

11. A avaliação da prova objetiva levará em consideração somente as respostas transferidas para o cartão-resposta.

12. A folha de texto definitiva da Prova Discursiva não poderá ser assinada, rubricada, nem conter em outro local que não o apropriado qualquer palavra, desenho ou marca que a identifique, sob pena de anulação. A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinada a transcrição do texto definitivo acarretará na anulação da prova do candidato.

13. Caberá recurso sobre o conteúdo da prova em até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do gabarito, que estará disponível no site www.ifepbr.org.br/.

BOA PROVA A TODOS!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo para responder as questões de 01 a 03.

TEXTO 1



www.revistascartum.com.br - acesso em 28/02/2018

TEXTO 2



QUESTÃO 01

A queixa do personagem do texto 1 inicia pela palavra “diacho” que pertence à classe das:

- (a) Conjunções.
- (b) Interjeições.
- (c) Preposições.
- (d) Palavras simples.
- (e) Palavras denotativas.

QUESTÃO 02

No texto 2, a frase pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por

- (a) naquela altura...
- (b) naquela oportunidade...
- (c) naquela época...
- (d) naquela semana...
- (e) naquela circunstância...

QUESTÃO 03

Em “...meu word ficou analfabeto.” tem-se uma figura de linguagem denominada:

- (a) prosopopeia.
- (b) hipérbato.
- (c) metáfora.
- (d) sinestesia.
- (e) antítese.

Leia o texto abaixo para responder as questões de 04 a 07.

- 01 A natureza da saudade é ambígua: associa sentimentos de solidão e tristeza – mas, iluminada pela memória, ganha contorno e expressão de felicidade. Quando Garrett a definiu como “delicioso pungir de acerbo espinho”, estava realizando a fusão desses dois aspectos opostos na fórmula feliz de um verso romântico. Em geral, vê-se na saudade o sentimento de separação e distância daquilo que se ama e não se tem. Mas todos os instantes da nossa vida não vão sendo perda, separação e distância? O nosso presente, logo que alcança o futuro, já o transforma em passado. A vida é constante perder. Viver é, pois, uma constante saudade. Há uma saudade queixosa: a que desejaria reter, fixar, possuir. Há uma saudade sábia, que deixa as coisas passarem, como se não passassem. Livrando-as do tempo, salvando a sua essência da eternidade. É a única maneira, aliás, de lhes dar permanência: imortalizá-las em amor. O verdadeiro amor é, paradoxalmente, uma saudade constante, sem egoísmo nenhum.

(“Da saudade”, Cecília Meireles)

QUESTÃO 04

Ao afirmar que “A natureza da saudade é ambígua...” (linha 01), a autora refere-se ao fato de que esse sentimento

- (a) enobrece a vida humana.
- (b) causa dor constante pela perda de alguém.
- (c) guarda em si o passado e o futuro.
- (d) apresenta-se em forma do desejo de reter, possuir algo.
- (e) apresenta-se dividido ora em tristeza, ora em alegria.

QUESTÃO 05

Quanto ao processo de formação de palavras, os vocábulos “felicidade” (linha 03), “perda” (linha 08) e “viver” (linha 10) são, respectivamente, derivações:

- (a) prefixal, prefixal, imprópria
- (b) parassintética, prefixal e sufixal.
- (c) sufixal, sufixal e prefixal.
- (d) sufixal, regressiva e imprópria.
- (e) prefixal, parassintética e regressiva.

QUESTÃO 06

Em: “O nosso presente, logo que alcança o futuro, já o transforma em passado.” tem-se um período composto por _____ em que a segunda oração é _____.

- (a) coordenação – coordenada sindética conclusiva.
- (b) coordenação – coordenada sindética explicativa.
- (c) subordinação – subordinada adverbial temporal.
- (d) subordinação – subordinada adjetiva restritiva.
- (e) subordinação – subordinada adverbial final.

QUESTÃO 07

A primeira palavra “se” presente em: “Em geral, vê-se na saudade o sentimento de separação e distância daquilo que se ama e não se tem.”,

classifica-se como _____ e está _____ em relação ao verbo.

- (a) pronome apassivador e enclítico.
- (b) pronome indefinido e proclítico.
- (c) pronome demonstrativo e enclítico.
- (d) partícula apassivadora e proclítico.
- (e) índice de indeterminação do sujeito e enclítico.

QUESTÃO 08

“Não quero saber o _____ de tanto sucesso. Se houver _____ funcionamento do sistema, daqui _____ alguns anos, alguém reclamará com um parente _____.

- (a) por quê - mal - há - a fim.
- (b) porque - mal - a - a fim.
- (c) por que - mau - a - afim.
- (d) por que - mal - há - a fim.
- (e) porquê - mau - a - afim.

QUESTÃO 09

Indique a alternativa que apresenta uma oração possível de se passar para a voz passiva.

- (a) Choveu torrencialmente pela madrugada.
- (b) Trabalha-se incansavelmente neste escritório.
- (c) Dois colibris entraram pela janela ontem.
- (d) Enviei-lhes o material com muita antecedência.
- (e) Na noite anterior, jantei em casa de minha prima.

QUESTÃO 10

Existem casos em que a utilização do acento grave, indicativo da ocorrência de crase, é facultativa. Isso significa que:

- (a) é proibido o uso do acento grave.
- (b) pode-se ou não usar o acento grave.
- (c) é obrigatório o uso do acento grave.
- (d) antes de pronomes possessivos não se usa o acento grave.
- (e) Nem sempre o acento grave é indicativo de crase.

CONHECIMENTOS ESPECIFICOS

QUESTÃO 11

O Poder Constituinte originário estabelece a Constituição de um novo Estado, organizando-o e criando os poderes destinados a reger os interesses de uma comunidade. Tanto haverá Poder Constituinte no surgimento de uma primeira Constituição, quanto na elaboração de qualquer Constituição posterior. São características do Poder Constituinte originário, exceto:

- (a) Ilimitado.
- (b) Autônomo.
- (c) Subordinado.

(d) Incondicionado.

(e) Inicial.

QUESTÃO 12

É certo afirmar que a titularidade do Poder Constituinte pertence:

- (a) Aos Deputados constituintes.
- (b) Ao Presidente da República.
- (c) Ao Congresso Nacional
- (d) Ao povo.
- (e) Aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 13

A Constituição Federal de 1988 prevê que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constituiu-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- (a) A independência nacional; a prevalência dos direitos humanos; a autodeterminação dos povos; e a não-intervenção.
- (b) A igualdade entre os Estados; a defesa da paz; a solução pacífica dos conflitos; e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (c) A cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e a concessão de asilo político.
- (d) A dignidade da pessoa humana; a prevalência dos direitos humanos; a defesa da paz; e a concessão de asilo político.
- (e) A soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e o pluralismo político.

QUESTÃO 14

De acordo com o Título “Dos Princípios Fundamentais” da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa que não está dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

- (a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (c) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (d) Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- (e) Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

QUESTÃO 15

Maria convocou via redes sociais, a reunião pacífica de diversos profissionais da saúde para manifestação sobre a jornada de trabalho exaustiva que a classe enfrentava. O ponto de encontro foi em frente à praça principal da cidade em que moravam e não havia outra reunião convocada para o mesmo local. Maria comunicou às autoridades competentes sobre a realização da reunião. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- (a) A reunião deve ser respeitada, pois todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente

(b) A reunião não poderá ser realizada pois ainda que a reunião seja pacífica, sem armas, em locais abertos ao público, sempre haverá a necessidade de autorização prévia.

(c) A reunião poderá ser realizada pois dos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, inexistindo qualquer exigência de aviso prévio à qualquer autoridade.

(d) A reunião poderia ser realizada se tivesse sido marcada e organizada mediante representante do Poder Público, como foi pelas redes sociais não será permitida.

(e) A reunião não poderá ser realizada, pois nem reuniões pacíficas são permitidas pelo ordenamento jurídico brasileiro, inclusive sendo vedada a autorização pelo Poder Público.

QUESTÃO 16

A Lei no 8429/1992, também conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, prevê que qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade. Durante o procedimento administrativo, a lei prevê de forma expressa a possibilidade para que duas autoridades competentes possam requerer o acompanhamento do procedimento e designar representante para tanto. Assinale a alternativa correta sobre esta possibilidade de acordo com a referida lei.

(a) O Ministério Público e o Tribunal ou Conselho de Contas podem, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

(b) O Ministério Público e a Defensoria Pública podem, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

(c) O Tribunal de Constas e a Procuradoria Geral da República podem, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

(d) A Ordem dos Advogados do Brasil e o Ministério Público podem, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

(e) A Defensoria Pública e a Ordem dos Advogados do Brasil podem, a requerimento, designar representante para acompanhar o procedimento administrativo.

QUESTÃO 17

De acordo com a Constituição Federal, especificamente sobre as disposições constitucionais em relação à ordem econômica e financeira, assinale a alternativa que não consta dos princípios a serem observados pela ordem econômica, que é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, e tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

(a) Propriedade privada.

(b) Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

(c) Busca do pleno emprego.

(d) Vedação à livre concorrência.

(e) Soberania nacional.

QUESTÃO 18

Pedro, funcionário público do Estado Beta, responsável por atuar no órgão emissor do Documento de Identidade passou a utilizar de seu cargo para obter uma renda extra. Criou um sistema de venda de documentos de identidade com idade adulterada, e passou a atender diversos adolescentes que buscavam o documento com idade adulterada. De acordo com o Código Penal especificamente dos crimes contra a fé pública, assinale qual crime Pedro praticou.

(a) Falsificação de cartão.

(b) Falso reconhecimento de firma.

(c) Certidão ou atestado ideologicamente falso.

(d) Reprodução ou alteração de selo ou peça filatélica.

(e) Falsificação de documento público.

QUESTÃO 19

O funcionário público Maurício, responsável pela cobrança de tributos do Município Gama, utilizou de meios vexatórios e não autorizados por lei para cobrança de um tributo devido por um contribuinte. Esta situação é caracterizada como:

(a) Conduta irregular, punível com advertência.

(b) Conduta indevida, mas não punível.

(c) Crime de Excesso de Exação.

(d) Crime de Concussão.

(e) Conduta correta, pois a supremacia do interesse público sobre o privado e o fisco pode utilizar de todos os meios para cobrança de tributos devidos.

QUESTÃO 20

Considera-se autoridade, para os efeitos da Lei no 4898/1965, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade administrativa civil e penal, quem:

(a) Exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

(b) Exerce cargo, emprego ou função pública militar somente, de forma permanente e mediante remuneração

(c) Exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, somente, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

(d) Exerce cargo, emprego ou função pública, de natureza civil, ou militar, somente se receber remuneração.

(e) Exerce cargo, emprego ou função pública militar somente, ainda que transitoriamente e sem remuneração.

QUESTÃO 21

De acordo com a Lei no 8137/1990, assinale a única alternativa que contém uma conduta típica que corresponde ao crime funcional contra a ordem tributária, punível pela referida lei.

(a) Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a funcionário público estrangeiro, ou a terceira pessoa, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício relacionado à transação comercial internacional.

(b) Impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar con-

corrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem.

(c) Usurpar o exercício de função pública

(d) Exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo ou contribuição social, ou cobrá-los parcialmente

(e) Subtrair, ou inutilizar, total ou parcialmente, livro oficial, processo ou documento confiado à custódia de funcionário, em razão de ofício, ou de particular em serviço público

QUESTÃO 22

No exercício de suas funções, a Administração Pública sujeita-se a controle por parte dos Poderes Legislativo e Judiciário, além de exercer, ela mesma, o controle sobre os próprios atos. Sobre as modalidades de controle, assinale a alternativa correta.

(a) Controle judicial constitui, juntamente com o princípio da legalidade, um dos fundamentos em que repousa o Estado de Direito. De nada adiantaria sujeitar-se a Administração Pública à lei se seus atos não pudessem ser controlados por um órgão dotado de garantias de imparcialidade que permitam apreciar e invalidar os atos ilícitos por ela praticados.

(b) Controle legislativo é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública (em sentido amplo) exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.

(c) Controle financeiro abrange aspectos ora de legalidade, ora de mérito, apresentando-se, por isso mesmo, como de natureza política, já que vai apreciar as decisões administrativas sob o aspecto inclusive da discricionariedade, ou seja, da oportunidade e conveniência diante do interesse público.

(d) Controle administrativo é controle que o Poder Legislativo exerce sobre a Administração Pública tem que se limitar às hipóteses previstas na Constituição Federal, uma vez que implica interferência de um Poder nas atribuições dos outros dois; alcança os órgãos do Poder Executivo, as entidades da Administração Indireta e o próprio Poder Judiciário, quando executa função administrativa.

(e) Controle judicial é o poder de fiscalização e correção que a Administração Pública (em sentido amplo) exerce sobre sua própria atuação, sob os aspectos de legalidade e mérito, por iniciativa própria ou mediante provocação.

QUESTÃO 23

Constitui-se pela atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público. Pode incidir em duas áreas de atuação estatal: na administrativa e na judiciária. Uma das linhas de diferenciação está na ocorrência ou não de ilícito penal. Com efeito, quando atua na área do ilícito puramente administrativo (preventiva ou repressivamente) é administrativa. Quando o ilícito penal é praticado, é a judiciária que age. O texto transcrito se refere ao:

(a) Poder Disciplinar.

(b) Poder Hierárquico.

(c) Poder de Polícia.

(d) Poder Vinculado.

(e) Poder Regulamentar.

QUESTÃO 24

Sobre os serviços públicos, julgue os itens a seguir:

I- Serviços delegáveis são os serviços públicos que, por sua natureza ou em virtude de disposição legal, podem ser prestados pelo Estado, diretamente, ou por particulares, mediante delegação do Estado. Por exemplo, os serviços de transporte público, telefonia e fornecimento de água;

II- Serviços impróprios são os serviços de interesse coletivo que o Estado presta diretamente ou indiretamente, neste caso, mediante delegação da prestação à iniciativa privada;

III- Serviços públicos exclusivos são aqueles que as entidades políticas somente podem prestar por seus próprios órgãos ou por meio de entidades administrativas de direito público para tanto criadas (basicamente, as autarquias);

IV- Serviços públicos singulares são os serviços públicos que por sua natureza são voltados a destinatários indeterminados, não sendo possível sua mensuração individual, ou seja, a definição de qual parcela do serviço está sendo utilizada por cada destinatário.

Dos itens acima:

(a) Apenas os itens III e IV estão corretos.

(b) Apenas os itens II e IV estão corretos.

(c) Apenas os itens II e III estão corretos.

(d) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.

(e) Apenas os itens I e III estão corretos

QUESTÃO 25

O contrato administrativo pelo qual a Administração Pública delega a outrem a execução de um serviço público, para que o execute em seu próprio nome, por sua conta e risco, assegurando-lhe a remuneração mediante tarifa paga pelo usuário ou outra forma de remuneração decorrente da exploração do serviço é denominado de:

(a) Concessão de serviço público.

(b) Alienação de serviço público.

(c) Contratação de serviço público.

(d) Venda de serviço público.

(e) Licença para serviço público.

QUESTÃO 26

Em relação à competência tributária, conforme o Código Tributário Nacional (CTN), assinale a alternativa correta.

(a) A atribuição constitucional de competência tributária ativa compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, nas Constituições dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios.

(b) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.

(c) A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária ativa.

(d) A atribuição não pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

(e) Deverá constituir delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

QUESTÃO 27

De acordo com a definição dada pela Lei nº 5.172/66, Tributo é:

(a) Cobrado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

(b) Contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere a alínea c, do inciso I, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

(c) É um dos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente os que constam deste Título, com as competências e limitações nele previstas.

(d) É a obrigação que tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

(e) Toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

QUESTÃO 28

Considerando a repartição das receitas tributárias estabelecidas na Constituição Federal e no Código Tributário Nacional, assinale o correto.

(a) A lei poderá dispor que uma parcela, não superior a 20% (vinte por cento), do imposto de que trata o inciso I seja destinada ao custeio do respectivo serviço de lançamento e arrecadação.

(b) Os totais relativos a cada imposto, creditados mensalmente a cada um dos Fundos, serão comunicados pelo Banco do Brasil S.A. ao Tribunal de Contas da União até o último dia útil do mês subsequente.

(c) A lei federal pode cometer aos Estados, ao Distrito Federal ou aos Municípios o encargo de arrecadar os impostos de competência da União cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte.

(d) A isenção, salvo se concedida por prazo certo ou em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei a qualquer tempo.

(e) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo da constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho.

QUESTÃO 29

Acerca do Imposto sobre a Importação (ISI), é incorreto afirmar que:

(a) O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional.

(b) A base de cálculo do imposto é quando a alíquota seja ad valorem, o preço normal que o produto, ou seu similar, alcançaria, ao tempo da importação, em uma venda em condições de livre concorrência, para entrega no porto ou lugar de entrada do produto no País.

(c) O Poder Executivo pode, nas condições e nos limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas ou as bases de cálculo do imposto, a fim de ajustá-lo aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

(d) Contribuinte do imposto é o importador ou quem a lei a ele equiparar, e o arrematante de produtos apreendidos ou abandonados.

(e) A receita líquida do imposto destina-se à formação de reservas monetárias, na forma da lei.

QUESTÃO 30

Analise as assertivas a respeito da vigência da legislação tributária, de acordo com a Lei nº 5.172/66, entram em vigor no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda:

I- Que instituem ou majoram tais impostos;

II- Que definem novas hipóteses de incidência;

III- Os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

IV- As decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.

Com relação as assertivas acima, assinale a alternativa correta.

(a) Somente as assertivas I e II estão corretas.

(b) Somente as assertivas II e III estão corretas.

(c) Somente as assertivas I e IV estão corretas.

(d) Somente as assertivas III e IV estão corretas.

(e) Somente as assertivas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 31

Analise as assertivas a respeito da Extinção do Crédito Tributário de acordo com a Lei nº 5.172/66, extinguem o crédito tributário:

I- A concessão de medida liminar em mandado de segurança.

II- A concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial.

III- A decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória.

IV- A decisão judicial passada em julgado.

V- A dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

Com relação as assertivas acima, assinale a alternativa correta.

(a) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.

(b) Somente as assertivas II, IV e V estão corretas.

(c) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.

(d) Somente as assertivas III, IV e V estão corretas.

(e) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 32

O termo de inscrição da dívida ativa indicará obrigatoriamente, em todos os casos, os seguintes elementos, exceto:

(a) Autenticação da autoridade competente.

(b) A quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.

(c) A data em que foi inscrita.

(d) A certidão negativa.

(e) A origem e natureza do crédito

QUESTÃO 33

Assinale o correto quanto o objetivo da contabilidade.

(a) A correta apresentação do Patrimônio e na apreensão e análise das causas das suas mutações.

(b) Geração de informações, a serem utilizadas por determinados usuários em decisões que buscam a realização de interesses e objetivos próprios.

(c) Processo permanente que congrega, em igual medida, o saber técnico e a aplicação prática, sem se descuidar da realidade atual da profissão contábil.

(d) Estudar a administração dos recursos escassos, buscando compatibilizá-las com as necessidades ilimitadas da sociedade.

(e) Promover a maximização do valor de mercado da ação da empresa.

QUESTÃO 34

Analise as assertivas a respeito da elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos de acordo com a Resolução CFC nº 1.374/11:

I- Dar suporte ao desenvolvimento de novas normas, interpretações e comunicados técnicos e à revisão dos já existentes, quando necessário;

II- Dar suporte à promoção da harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, provendo uma base para a redução do número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelas normas, interpretações e comunicados técnicos;

III- Dar suporte aos órgãos reguladores nacionais;

IV- Auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

V- Auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com as normas, interpretações e comunicados técnicos.

Com relação as assertivas acima, assinale a alternativa correta.

(a) Somente a assertivas I está incorreta.

(b) Somente a assertivas II está incorreta.

(c) Somente a assertivas III está incorreta.

(d) Somente a assertivas IV está incorreta.

(e) Somente a assertivas V está incorreta.

QUESTÃO 35

Conforme disposto pela Lei n.º 6.404/76, e suas alterações, a divisão do Patrimônio Líquido se apresenta com os seguintes grupos:

(a) Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

(b) Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados

(c) Capital Social, Reservas de Capital, Reservas de Reavaliação, Reservas de Lucros e Lucros ou Prejuízos Acumulados.

(d) Capital Social, Reservas de Capital, Juros Líquidos, Reservas Líquidas, Ações em Tesouraria e Lucros Acumulados.

(e) Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Lucros Acumulados.

QUESTÃO 36

Assinale a alternativa correta, conforme disposto pela Lei n.º 6.404/76, e suas alterações, a classificação do Ativo Realizável a Longo Prazo:

(a) As disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.

(b) As participações permanentes em outras sociedades e os direitos de qualquer natureza, não classificáveis no ativo circulante, e que não se destinem à manutenção da atividade da companhia ou da empresa.

(c) Os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da companhia.

(d) Os direitos que tenham por objeto bens destinados à manutenção das atividades da companhia e da empresa, ou exercidos com essa finalidade, inclusive os de propriedade industrial ou comercial;

(e) As aplicações de recursos em despesas que contribuirão para a formação do resultado de mais de um exercício social, inclusive os juros pagos ou creditados aos acionistas durante o período que anteceder o início das operações sociais.

QUESTÃO 37

A escrituração contábil na área pública utiliza o método das partidas:

(a) Repetidas.

(b) Divisórias.

(c) Dobradas.

(d) Orçamentárias.

(e) Financeiras.

QUESTÃO 38

A Lei nº 11.638/07 obriga as empresas de capital fechado a divulgar seus balanços. Essa Lei ainda traz mudanças significativas para a contabilidade. Assinale a alternativa que não apresenta uma dessas mudanças.

(a) A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR foi extinta.

(b) Torna-se obrigatória a elaboração e publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC e da Demonstração do Valor Adicionado - DVA.

(c) A DFC não é obrigatória às pessoas jurídicas com patrimônio (líquido inferior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais).

(d) A DVA é exigida para todas as companhias abertas.

(e) O Ativo Permanente agora possui um novo grupo chamado "Intangível", além dos já existentes "Investimentos", "Imobilizado" e "Diferido".

QUESTÃO 39

Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), tem a função de apresentar o resultado apurado das operações realizadas, em geral, num período de doze meses. De acordo com a Lei nº 6.404/76, deverá ser discriminada na DRE, exceto:

- (a) A receita bruta das vendas e serviços, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos.
- (b) A receita bruta das vendas e serviços, o lucro das vendas das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto.
- (c) As despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais.
- (d) O lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas.
- (e) O resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei nº 6.404/76, assinale a alternativa correta:

- (a) A incorporação, fusão ou cisão podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais ou diferentes e deverão ser deliberadas na forma prevista para a alteração dos respectivos estatutos ou contratos sociais.
- (b) Nas operações em que houver incorporação de sociedade serão observadas as normas reguladoras da constituição das sociedades do seu tipo.
- (c) Os sócios ou acionistas das sociedades criadas, incorporadas, fundidas ou cindidas receberão, diretamente da companhia emissora, as ações que lhes couberem.
- (d) Se a incorporação, fusão ou cisão envolverem companhia aberta, as sociedades que a sucederem serão também abertas, devendo obter o respectivo registro e, se for o caso, promover a admissão de negociação das novas ações no mercado secundário, no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados da data da assembleia-geral que aprovou a operação, observando as normas pertinentes baixadas pela Comissão de Valores Mobiliários.
- (e) A incorporação ou a fusão não prejudicarão, em caso algum, os direitos dos credores, que continuarão, até o pagamento integral dos seus créditos, com as mesmas garantias que o tipo anterior de sociedade lhes oferecia.

QUESTÃO DISCURSIVA

“Inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular ganhou importância no Brasil após assinatura de Convenção da ONU sobre Direitos das Pessoas com Deficiência. Críticos querem manter dois sistemas paralelos.

O Plano Nacional de Educação (PNE) brasileiro prevê a inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas regulares, mas a medida ainda é controversa no país.

A polarização fica entre governo, apoiado por defensores da inclusão, e entidades que defendem a permanência de dois sistemas de ensino: o regular e o especial.

Para vários críticos que preferem a manutenção dos dois sistemas, a decisão da melhor escola para essas crianças cabe somente aos pais.

Para Maria Teresa Eglér Mantoan, pedagoga da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), a inclusão não significa a extinção das escolas especiais, mas uma reformulação na forma de ação e na percepção dessas instituições. Segundo Mantoan, em vez de substituir a escola regular, a inclusão passa a complementar e apoiar o ensino regular na formação de alunos com necessidades especiais.”

(<https://jornalggn.com.br/noticia/os-desafios-para-uma-real-educacao-inclusiva-no-brasil>)

Considerando que o texto acima tem caráter unicamente motivador, redija um texto dissertativo de, no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, acerca do seguinte tema:

Os desafios da educação inclusiva no Brasil.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

